

PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
3º QUADRIMESTRE
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2000

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS		
	Últimos 12 Meses (A)	Até o Quadrimestre	% da Despesa s/ RCL (B)
PODER EXECUTIVO			
DESPESA DE PESSOAL	1.068.594	1.068.593	49,10%
Pessoal Ativo Civil	543.080	543.079	24,95%
Pessoal Ativo Militar	137.765	137.765	6,33%
Pessoal Inativo e Pensionistas Civil	358.075	358.075	16,45%
Pessoal Militar Reformado e Pensionista	29.674	29.674	1,36%
(+/-) Precatórios (Sent.Judiciárias), referente ao período de apuração			0,00%
(-) Inativos com recursos vinculados	91.369	91.369	4,20%
(-) Indenizações por Demissão	0	0	
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, Parágrafo 1º)	0	0	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	977.225	977.224	44,90%
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (I)	977.225	977.224	44,90%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)	2.176.256		
LIMITE LEGAL (1)	1.066.365		49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (2)	1.013.047		46,55%

FONTE: SIAFEM/CCONT/SEFA

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - Limites legal e prudencial definidos, respectivamente, inciso II do artigo 20 e no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar n.º 101/2000.
- 2- O saldo apurado em dez/00 da conta contábil 3319092XX - " Despesas de Exerc.Anteriores", não foi considerado para efeito do cálculo da despesa com pessoal, uma vez que a referida despesa pertence ao período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da LRF.
- 3 - Aplicável (+), para Sentenças Judiciais do período, somente quando o ente/poder utilizar a classificação orçamentária do Anexo IV da Lei 4320/64.
- 4 - O relatório foi elaborado não considerando o valor de R\$ 1.699 mil, registrado na contabilidade, na conta contábil "Receitas a Classificar", pendentes de identificação pelo setor competente.
- 5 - Os valores relativos a receita corrente e despesa com pessoal das empresas públicas dependentes, não foram incluídos no relatório, face a adequação necessária para incorporação das contas no SIAFEM, em decorrência da legislação.
- 6- O campo "Outras Despesas de Pessoal" (§ 1º do art. 18) não foi preenchido por não se ter uma definição precisa quanto as despesas que integram esta rubrica.

PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JAN A DEZ/2000

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, Art. 55, inciso I, b - Anexo XIII

R\$ Mil

DENOMINAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.º QUADRIMESTRE	2.º QUADRIMESTRE	3.º QUADRIMESTRE
I - PASSIVO NÃO FINANCEIRO				
1 - Dívida Consolidada				
1.1 - Dívida Interna Fundada - Contratual	1.805.018	1.787.755	1.895.308	1.972.742
1.1.1 - União / Banco do Brasil S.A	1.280.798	1.268.774	1.325.020	1.375.666
B.BRASIL\UNIÃO - LEI 7976/90 - 1098-1	93.069	88.456	85.777	92.746
B.BRASIL\UNIÃO - LEI 7976/90 - 1095-7	7.401	7.338	7.314	7.360
B.BRASIL\UNIÃO - BEA JUROS 89/90	850	850	435	486
B.BRASIL\UNIÃO - CLUBE DE PARIS	3.195	3.195	2.765	3.158
B.BRASIL\UNIÃO - LEI 8727 -GEES	244.158	240.347	241.980	242.406
B.BRASIL\UNIÃO - DMLP	163.610	163.434	175.062	186.410
B.BRASIL\UNIÃO - REF. LEI 9496/97	729.413	726.859	771.740	802.894
B.BRASIL\UNIÃO - LEI 8727 - ASSUN.BES	24.489	23.682	23.617	23.057
B.BRASIL\UNIÃO - FUNDEF (PERDAS)	14.613	14.613	16.330	17.150
1.1.2 - União/CEF/PNAFE	12.402	13.552	14.945	21.201
1.1.3. Banco do Brasil S/A. - C.de Bombeiros	4.811	4.563	3.714	3.084
1.1.4 - Caixa Econômica Federal	62.476	61.196	63.418	64.713
C.E.F.	38.128	37.420	37.714	37.177
C.E.F.	5.954	5.814	5.837	5.722
C.E.F.	2.146	2.105	2.121	2.089
C.E.F.	16.221	15.830	15.712	15.402
C.E.F. IPAJM	27	27	2.034	4.322
1.1.5 - BNDES	266.933	264.861	311.015	331.223
BNDES	18.987	16.915	19.303	16.873
BNDES (Privatização/CESAN) (*)	247.946	247.946	291.712	314.349
1.1.6 - C.V.R.D.	6.469	6.097	5.702	5.801
C.V.R.D.	199	160	105	109
C.V.R.D.	76	76	60	42
C.V.R.D.	362	316	255	265
C.V.R.D.	70	70	62	51
C.V.R.D.	996	996	923	972
C.V.R.D.	761	712	716	650
C.V.R.D.	4.005	3.768	3.581	3.711
1.1.7 - FUND. BANESTES DE SEG. SOCIAL	168.809	166.392	168.902	168.330
1.1.8 - BANESTES S.A	2.320	2.320	2.593	2.725
1.2 - Dívida Externa Contratual	257.722	248.020	254.054	256.914
1.2.1 - BID 01A	83.757	80.941	85.210	85.229
1.2.2 - BID 01B	24.971	24.209	24.805	26.553
1.2.3 - BIRD	139.535	133.411	135.864	135.911
1.2.4 - KFW	9.458	9.458	8.174	9.221
II - ATIVO FINANCEIRO				
2 - Ativo Financeiro	81.535	100.037	88.864	100.619
2.1 - Disponibilidade	18.308	29.565	27.819	58.017
2.2 - Aplicações Financeiras	60.078	66.056	58.801	40.318
2.3 - Demais Ativos Financeiros	3.149	4.416	2.244	2.284
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA (A)	2.062.739	2.035.774	2.149.362	2.229.656
Dívida Consolidada Líquida (B=I - II)	1.981.204	1.935.737	2.060.498	2.129.037
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	1.840.691	2.020.803	2.158.795	2.176.257
RELAÇÃO DC/RCL (A/C)	1,12	1,01	1,00	1,02
RELAÇÃO DCL/RCL (B/C)	1,08	0,96	0,95	0,98

Fonte: SIAFEM/CCONT

Notas explicativas:

- 1) O Senado ainda não aprovou os limites do endividamento. A minuta da Resolução não foi apreciada (informação CCONT/STN);
- 2) Os valores referentes à dívida do IPAJM, são preliminares, devido ao não lançamento contábil da atualização monetária, pela autarquia; Trata-se de dívida refinanciada pela União/B.B. com base na Lei 8.727/93, portanto, deverá a autarquia corrigir este dado no SIAFEM,;
- 3) O relatório foi elaborado, **não considerando** o montante registrado na contabilidade na conta contábil "Receitas a Classificar", cujo saldo em 31.12.00 é de R\$ 1.699 mil, pendentes de identificação pelo setor competente.
- 4) O valor de R\$ 16.238.818,11, lançado na conta contábil 2.1.2.1.6.03.00 - "Serviço da Dívida a Pagar", no final do exercício de 2000, foi computado nos saldos das dívidas com:

CONTRATOS		Em R\$
.União / Banco do Brasil - ct.1098-1:	Amortização=	4.816.097,49
	Juros=	535.109,22
	Encargos =	93.769,11
.União / Banco do Brasil - ct.1095-7:	Amortização=	385.518,18
	Encargos =	18.883,95
.União / B. Brasil - Lei 8.727 GEES:	Amortização=	1.018.825,27
	Juros=	1.160.533,08
	Encargos =	20.473,95
.União / B. Brasil - Lei 8.727 ASSUN. BES:	Amortização=	211.390,00
	Juros=	114.064,31
	Encargos =	1.939,02
.União / Banco do Brasil - BEA:	Amortização=	466.775,37
	Juros=	18.791,84
	Encargos =	639,32
.União / Banco do Brasil - Clube de Paris:	Amortização=	160.171,36
	Juros=	66.590,22
	Encargos =	2.012,21
.União / B. Brasil - Lei 9496/97 - GEES/BEES:	Amortização=	525.004,23
	Juros=	4.011.774,03
	Encargos =	14.050,69
.CEF 01:	Amortização=	188.652,95
	Juros=	184.953,24
	Encargos =	1.105,46
.CEF 02:	Amortização=	37.176,99
	Juros=	28.468,55
	Encargos =	194,24
.CEF 03:	Amortização=	10.930,84
	Juros=	10.394,98
	Encargos =	63,10
.Baneses:	Amortização=	359.182,97
	Juros=	1.076.119,19
.CVRD:	Amortização=	136.810,37
	Juros=	14.604,51
.Banco do Brasil / KFW:	Amortização=	456.453,24
	Juros=	91.294,63
TOTAL		16.238.818,11

- 5) No item Ativo Financeiro, foi levado em consideração, apenas, os valores do executivo; excluindo-se os Outros Poderes.

**PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS DE VALORES
PERÍODO DE JAN A DEZ/2000**

LRF, Art. 55, inciso I, c - Anexo XIV

R\$ Mil

AVAIS CONCEDIDOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO		
		1.º Quadrimestre	2.º Quadrimestre	3.º Quadrimestre
Beneficiários				
FIANÇAS CONCEDIDAS				
Beneficiários				
TOTAL (A)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (B)				
RELAÇÃO PERCENTUAL (A/B)				

Observações:

Medidas adotadas caso ultrapasse os limites estabelecidos .

FONTE: SIAFEM/CCONT

Nota: Garantias concedidas pelo Estado serão classificadas pelos órgãos da Administração Indireta.

Notas Explicativas:

1) O demonstrativo relativo às garantias de valores não foi consolidado pela Secretaria da Fazenda, tendo em vista o atraso no processamento das informações dos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações.

PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUSIVE ARO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JAN A DEZ/2000

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, Art. 55, inciso I, d - Anexo XV

R\$ Mil

DENOMINAÇÃO	REALIZADA					LIMITE	VALOR
	1.º QUADRIMESTRE	2.º QUADRIMESTRE	3.º QUADRIMESTRE	ATÉ O QUADRIMESTRE			
I- RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.722	5.133	9.954	17.855			
INTERNAS	1.150	5.133	9.954	11.283			
BNDES	0	4.083	0	4.083			
CEF/PNAFE	1.150	1.050	5.000	7.200			
UNIÃO / B. BRASIL S/A (Lei 9.496/97)			4.954	4.954			
EXTERNAS	6.572	0	0	6.572			
BIRD	6.572	0	0	6.572			
II- ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	0	0	0	0			
TOTAL (A = I + II)	7.722	5.133	9.954	17.855			
Receita Corrente Líquida (B)	2.020.803	2.158.795	2.176.257	2.176.257			
Relação Percentual (A/B)	0,38%	0,24%	0,46%				

Fonte: SIAFEM/CCONT

Notas Explicativas :

- 1) O Senado ainda não aprovou os limites do endividamento. A minuta da Resolução não foi apreciada (informação CCONT/STN);
- 2) O relatório foi elaborado, **não considerando** o montante registrado na contabilidade na conta contábil "Receitas a Classificar", cujo saldo em 31.12.00 é de R\$ 1.699 mil, pendentes de identificação pelo setor competente.

PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2000

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo XVI

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	100.619.238	PASSIVO CONSIGNADO	1.360.586.517
Disponibilidade Financeira	100.619.238	Depósitos de Diversas Origens	139.299.064
Caixa	3.452	Restos a Pagar	1.001.607.649
Banco	100.615.786	Exercícios Anteriores	359.632.236
Conta Movimento	58.013.980	Inscritos em 2000	641.975.413
Contas Vinculadas	2.283.639	Outras Obrigações Financeiras	219.679.804
Aplicações Financeiras	40.318.167		
SUBTOTAL	100.619.238	SUBTOTAL	1.360.586.517
INSUFICIÊNCIA	1.259.967.280	SUFICIÊNCIA	0
TOTAL	1.360.586.517	TOTAL	1.360.586.517

FONTE: SIAFEM/CCONT/SEFA

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO/2000

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo XVII

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
EXECUTIVO					
Administração Direta	300.810.664	441.769.248	66.403.454	85.975.342	0
GOVERNADORIA DO ESTADO	1.096.419	8.077.114	320.628	61.396	
FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA	0	0	0	602	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0	271.216	0	658	
VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	490	11.934	26.163	304	
SEC DE ESTADO DA ADMIN,REC HUMANOS E PREVID.	63.395	22.514.053	55.691	0	
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	9.317.290	14.166.130	10.147	2.895.775	
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	138.442	613.673	3.785	5.858	
FUNDO ESTADUAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA	732.000	600.000	1	5.743	
SECRETARIA DE ESTADO DE REPRES. INSTITUCIONAL	0	18.311	0	0	
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA	714.685	2.765.848	0	908.664	
SEC DE ESTADO DOS TRANSP E OBRAS PUBLICAS	2.394.789	11.289.657	0	1.163.083	
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E ESPORTES	2.456.838	4.207.407	1.960.977	197.577	
ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL	20.547	31.386	0	4.010	
SEC DE ESTADO P/ ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE	54.498	3.087.018	7.573	7.831	
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	28.020.335	42.744.125	48.910.813	39.430.309	
SEC DE ESTADO DA SAUDE - FUNDO ESTADUAL SAUDE	168.816	2.479.510	0	12.924.862	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	37.972.296	22.639.137	10.295.867	8.169.372	
FUNDO ESPECIAL DE REEQUIP DA POLICIA CIVIL	23.920	875.608	140.288	4.219	
FUNDO ESPECIAL DE REEQUIP DA POLICIA MILITAR	739	24.340	19.500	36.722	
FUNDO ESP REEQUIP CORPO BOMBEIROS MILITAR ES	2.892	12.623	0	933.306	
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	865.981	9.935.941	121.472	101.488	
FUNDO DO TRABALHO PENITENCIARIO	12.232	5.134	0	10.716	
FUNDO PARA A INFANCIA E A ADOLESCENCIA	41.141	201.291	0	65.906	
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	0	0	0	13.498	
SEC DE ESTADO DO TRABALHO E Acao SOCIAL	0	978.155	4.530.549	2.557.990	
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0	1.549.331	0	714.636	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	216.712.919	292.670.305	0	15.760.816	

Administração Indireta	58.821.572	119.263.047	14.539.664	14.643.896	
RADIO E TELEVISAO ESPIRITO SANTO	775.582	892.882	0	1.681	
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	838.526	461.129	0	194.438	
INST PREV E ASSIT. JERONIMO MONTEIRO	176.310	1.167.432	0	2.193.086	
ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO	0	1.273.100	752.213	1.766.422	
FUNDO DE PREV. SERV. PUBL. CIVIS E MILIT. ES	869.984	10.818.234	0	1.527.540	
SUPERINT PROJ POLARIZ INDUSTRIAL	23.889	15.328	6.694	584.587	
JUNTA COMERCIAL DO EST ESP SANTO	0	78.864	0	983.199	
INST. APOIO A PESQ. E AO DESEN.JONES S. NEVES	361.763	8.812.789	0	1.632.320	
INST DEFESA AGROP FLOREST ESP SANTO	342.381	547.825	101.435	1.123.285	
INST.CAPIX.DE PESQUISA TÉCN. EXT.RURAL	0	1.520.418	0	0	
DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E OBRAS	1.782.904	445.120	0	494.076	
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	2.158.405	32.666.551	0	2.929.009	
ESCOLA DE MUSICA DO ESPIRITO SANTO	181.553	218.909	0	55.160	
FAC FARM E BIOQ DO ESPIRITO SANTO	298.265	168.024	0	4.774	
INSTITUTO ESTADUAL DE SAUDE PUBLICA	39.639.633	50.720.226	13.679.321	916.731	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	10.093.998	8.845.309	0	182.316	
INST DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DO ESP SANTO	1.278.379	610.904	0	55.272	
TOTAL		561.032.295	80.943.117		
	359.632.236	641.975.413		100.619.238	0

FONTE: SIAFEM/CCONT/SEFA

OBSERVAÇÃO:

* O Relatório não contém os dados relativos aos Outros Poderes, com exceção do Ministério Público (Exercício de 2000) e do Tribunal de Contas (até agosto de 2000);

PODER EXECUTIVO ESTADUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS
EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 72 - Anexo XVIII

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 1999	EXERCÍCIO DE 2000
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	1.837.161.077	2.176.256.936
DESPESAS	136.504.928	188.999.201
PODER EXECUTIVO	136.504.928	188.999.201
*Serviços de Terceiros (B)	136.504.928	188.999.201
COMPROMETIMENTO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%) (A/B)	7%	9%

FONTE: SIAFEM/CCONT/SEFA e Balanço Geral do Estado do Espírito Santo - 1999.

OBSERVAÇÕES:

* Foi considerado para o cálculo da despesa de Serviços de Terceiros, os saldos constantes nas contas contábeis

334903600 "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", 334903700 "Locação de Mão-de-Obra" e

334903900 "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

